

## SindiEnergia – 02/06/2014 Entrevista com Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil

[http://www.sindienergia.org.br/noticia.asp?cod\\_not=1772&verificado=1](http://www.sindienergia.org.br/noticia.asp?cod_not=1772&verificado=1)



### Entrevista com Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil

02/06/2014 às 09:05 - Por: Juliana de Moraes e Matheus Medeiros



clique para ampliar

Crítico em relação ao silêncio do governo federal quanto aos riscos que representam o atual cenário do setor, Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, avalia fatos recentes e discute alternativas para o enfrentamento dos problemas que tangem à segurança do abastecimento e equilíbrio econômico-financeiro das empresas.

De acordo com o dirigente da organização que atua na prestação de serviços de análises e informações para o segmento - a exemplo de cursos, estudos, projetos de pesquisa e desenvolvimento e informe político-regulatório -, não há situação confortável (para ninguém).

"A nosso ver, deveríamos, pelo menos, estar preparados para a antecipação de um racionamento forçado de 6% a 8% do consumo para chegarmos ao final de 2014 com alguma segurança de abastecimento. Se continuarmos neste viés (de total silêncio quanto à probabilidade de desabastecimento), teremos que lidar com o risco de apagões mais à frente", afirma Sales.

A seguir, confira a íntegra da conversa:



**SindiEnergia Comunica - De acordo com o instituto Acende Brasil, qual a leitura sobre o atual cenário para o setor de energia elétrica?**

**Claudio Sales** – O cenário é extremamente crítico, tanto sob o ponto de vista da segurança de abastecimento, quanto sob o aspecto financeiro. Avaliamos que todos os "sinais de emergência" deveriam estar ligados, considerados o cenário hidrológico e de disponibilidade energética, para evitar que cheguemos ao final de novembro deste ano sob o risco

de enfrentar um racionamento de energia elétrica no país.

O operador, ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), tem diante de si um dilema, pois o fato é que o problema não deveria estar sendo escondido da sociedade brasileira. Ao contrário, a ênfase à comunicação do atual quadro deveria ser uma prioridade. Entretanto, o risco de desabastecimento energético é negado pelo governo.

Nada se faz - e o que é mais alarmante, nada se planeja - para enfrentarmos a questão de forma a minimizar seus impactos para a economia e atendimento da demanda de energia.

#### **SindiEnergia Comunica – Qual seria a melhor solução para o enfileiramento dos atuais riscos?**

**Claudio Sales** – A nosso ver, deveríamos pelo menos estar preparados para a antecipação de um racionamento forçado de 6% a 8% do consumo para chegarmos ao final de 2014 com alguma segurança e conforto de abastecimento. Se continuarmos neste viés (de total silêncio), teremos que lidar com o risco de apagões mais à frente.

Em resumo, entendo que o governo brasileiro está negligenciando a situação, pois deveria reconhecer a gravidade, em primeiro lugar; e, em seguida, promover um estudo para avaliar o impacto de um plano de gestão do consumo.

Essa postura evitaria prejuízos maiores no futuro, inclusive nos contratos de empresas do setor, impedindo um desequilíbrio econômico-financeiro maior do setor como um todo. Apesar disso, objetivamente, não houve sequer a abordagem do tema ou qualquer conversa sobre o assunto junto aos agentes.

#### **SindiEnergia Comunica - O que o senhor pensa sobre a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) ter ingressado como agente financiador do sistema para as distribuidoras?**

**Claudio Sales** – Algo precisava ser feito para atender às distribuidoras de energia, que são impedidas de repassar os aumentos de custo imediatamente aos consumidores. Esta situação é apenas uma das consequências do desequilíbrio financeiro enfrentado pelo setor desde 2012, quando houve o lançamento da Medida Provisória 579, com o objetivo de definir um novo critério para a renovação de concessões.

Houve um grande alarde em relação à mudança das regras (pela previsão de redução no valor de tarifas aos consumidores), mas, na realidade, uma sucessão de erros, inclusive a não realização de um leilão A-1 em 2012, levou as concessionárias à exposição diante das oscilações do mercado de curto prazo.

Esta situação acentuou o desequilíbrio financeiro do segmento e, somada a outros fatores como, por exemplo, a contratação de termelétricas por disponibilidade, resultou em uma pressão sobre o caixa das distribuidoras que alcançou o patamar de R\$ 20 bilhões.

A alternativa escolhida pelo governo federal para financiar as concessionárias foi a de obter uma solução de mercado, o que, como se viu, demandou uma alteração no estatuto da CCEE e foi uma decisão questionada por alguns dos próprios agentes e conselheiros da Câmara.

#### **SindiEnergia Comunica – Havia uma outra alternativa para financiar o déficit das empresas?**

**Claudio Sales** - Poderia ter sido diferente, a exemplo do que foi feito em 2001, quando o setor também demandou o financiamento de suas operações e o socorro chegou via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) por meio de um ativo regulatório, a RTE (Recomposição Tarifária Extraordinária).

Para que fosse possível esta outra solução, o caminho deveria ter sido outro, com uma série de critérios a ser preenchidos, incluindo a apresentação de um plano de racionamento de energia, o que o atual governo não admitiu, ou demonstrou interesse em fazer.

#### **SindiEnergia Comunica - Na sua opinião, houve falhas no planejamento energético nacional para justificar a atual situação de elevação de preços e risco de suprimento?**

**Claudio Sales** – A questão hidrológica pesa muito, mas não é determinante para a situação que estamos vivendo. Entendo que, além dos fatores já citados e que trazem impacto ao equilíbrio financeiro, ainda existem falhas no planejamento e formato dos leilões, retirando as vantagens que um processo de competição poderia trazer ao mercado.

A menor tarifa nem sempre equivale à melhor opção para o sistema. Portanto, critérios como flexibilidade da operação de uma usina, custos de instalação *versus* custos de operação, localização, entre outros fatores, deveriam ser considerados como atributos de agregação de valor ao planejamento dos leilões que visam ao atendimento das regiões do país.

Um exemplo que bem ilustra esta questão do planejamento/leilões é o nosso parque termelétrico construído ao longo das últimas duas décadas, utilizado de forma muito mais intensa (e gerando um custo mais elevado) do que para o qual foi originalmente concebido.

Mais de 40% de nossas usinas térmicas são movidas a óleo combustível ou óleo diesel. A construção desses empreendimentos é rápida e mais barata do que a de usinas termelétricas movidas a carvão ou gás natural com ciclo combinado, mas o custo de operação é superior. Houve, neste caso, um mau dimensionamento da finalidade e frequência de utilização.

Ambos os formatos de usinas têm vantagens e desvantagens, mas a solução mais competitiva depende de um planejamento que preveja a forma como a fonte de energia será adotada – mais ou menos intensivamente.

Outro aspecto que considero determinante para a qualidade da competição no setor de energia elétrica é o número de participantes em um leilão. Para mim, está claro que, quanto mais atrativo aos investidores, melhor será o processo concorrencial, com ganhos para todos: setor e sociedade. Portanto, deve-se evitar preços-teto artificialmente baixos, que afastem os agentes.

---

**SindiEnergia Comunica - Em relação às energias renováveis, qual o papel dessas fontes para o desenvolvimento do segmento?**

**Claudio Sales** – O Brasil possui um potencial fantástico para as energias renováveis e neste grupo as complementares, a exemplo da energia eólica, desempenharão um papel cada vez mais importante dentro da matriz energética.

O potencial para geração hidrelétrica do país, hoje, está concentrado na região amazônica, que tem como característica marcante o relevo muito plano. Assim, os reservatórios das usinas terão, daqui para frente, menor capacidade de armazenamento (são a fio d'água).

Dados indicam que, nos últimos 12 anos, os reservatórios de hidrelétricas diminuíram sua capacidade de armazenamento de energia em relação à demanda. Antes, o armazenamento era capaz de suprir 6,5 meses do consumo nacional, enquanto agora passou para 4,5 meses. E, considerando que as novas usinas tendem a possuir menores reservatórios, outras fontes de energia são necessárias para garantir o fornecimento e a segurança do sistema, em especial nos períodos de estiagem.

Avalio que, se não fossem os entraves ao seu desenvolvimento, as Pequenas Centrais Hidrelétricas teriam um importante potencial de contribuição. As usinas eólicas, em função do ganho de competitividade, ampliarão sua participação, chegando a responder por cerca de 10% da capacidade instalada em 2020.

Já a geração solar desempenhará seu papel na geração distribuída (microgeração), mas a Regulação ainda precisa criar as condições para trazer o benefício do investimento aos consumidores, bem como reconhecer os custos das distribuidoras, que serão responsáveis pela ligação e manutenção desses sistemas à rede de distribuição.

**SindiEnergia Comunica - Discute-se cada vez mais a existência de um movimento de politização dos órgãos de gestão/regulação do segmento de energia elétrica. O senhor identifica essa tendência?**

**Claudio Sales** – Num segmento tal qual o setor de energia, que é capital intensivo, que tem que contar com investimentos privados – e que é caracterizado pela assimetria entre o prazo em que investimentos são realizados e o tempo necessário para sua amortização -, o ambiente institucional tem que apresentar o mais alto nível de confiança.

Isso não vem ocorrendo, como mostra o que aconteceu a partir da Medida Provisória 579, que mudou regras e forma de remuneração dos agentes sem respeitar qualquer rito de consulta pública, como até então ocorria. Como exemplos, posso citar a utilização do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), um órgão de aconselhamento do governo, para promulgar uma resolução que altera regras comerciais entre agentes e a utilização de medidas provisórias de forma desordenada, sequer respeitando os prazos para apreciação de emendas, na tentativa de corrigir problemas legais criados.

Além disso, assistimos à interferência do governo nos órgãos do segmento, em tese, independentes. Pois bem, temos, sim, um cenário em que o valor "confiança" deixou de ser uma prioridade.

**SindiEnergia Comunica - O que os agentes do setor devem esperar quanto a 2015, segundo os estudos e análises do Acende Brasil?**

**Claudio Sales** – O ano que vem é ameaçador do ponto de vista do abastecimento, e o mesmo se aplica à saúde financeira do setor.

As soluções até agora adotadas serão insuficientes para cobrir o desequilíbrio estimado até o final de 2014, principalmente considerando-se os fatores que também afetam a área de geração.

Além da possibilidade de racionamento e até apagões, a conta vai sair alta para os consumidores... A elevação das tarifas no próximo ano poderá chegar a dois dígitos percentuais. Ou seja, a situação não está confortável para mais ninguém.

Edição e revisão:

Moraes Mablmeister Comunicação

---

Crítico em relação ao silêncio do governo federal quanto aos riscos que representam o atual cenário do setor, **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, avalia fatos recentes e discute alternativas para o enfrentamento dos problemas que tangem à segurança do abastecimento e equilíbrio econômico-financeiro das empresas.

De acordo com o dirigente da organização que atua na prestação de serviços de análises e informações para o segmento - a exemplo de cursos, estudos, projetos de pesquisa e desenvolvimento e informe político-regulatório -, não há situação confortável (para ninguém).

"A nosso ver, deveríamos, pelo menos, estar preparados para a antecipação de um racionamento forçado de 6% a 8% do consumo para chegarmos ao final de 2014 com alguma segurança de abastecimento. Se continuarmos neste viés (de total silêncio quanto à probabilidade de desabastecimento), teremos que lidar com o risco de apagões mais à frente", afirma Sales.

A seguir, confira a íntegra da conversa:

SindiEnergia Comunica - De acordo com o instituto Acende Brasil, qual a leitura sobre o atual cenário para o setor de energia elétrica?

**Claudio Sales** - O cenário é extremamente crítico, tanto sob o ponto de vista da segurança de abastecimento, quanto sob o aspecto financeiro. Avaliamos que todos os "sinais de emergência" deveriam estar ligados, considerados o cenário hidrológico e de disponibilidade energética, para evitar que cheguemos ao final de novembro deste ano sob o risco de enfrentar um racionamento de energia elétrica no país.

O operador, ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), tem diante de si um dilema, pois o fato é que o problema não deveria estar sendo escondido da sociedade brasileira. Ao contrário, a ênfase à comunicação do atual quadro deveria ser uma prioridade. Entretanto, o risco de desabastecimento energético é negado pelo governo.

Nada se faz - e o que é mais alarmante, nada se planeja - para enfrentarmos a questão de forma a minimizar seus impactos para a economia e atendimento da demanda de energia.

SindiEnergia Comunica - Qual seria a melhor solução para o enfrentamento dos atuais riscos?

**Claudio Sales** - A nosso ver, deveríamos pelo menos estar preparados para a antecipação de um racionamento forçado de 6% a 8% do consumo para chegarmos ao final de 2014 com alguma segurança e conforto de abastecimento. Se continuarmos neste viés (de total silêncio), teremos que lidar com o risco de apagões mais à frente.

Em resumo, entendo que o governo brasileiro está negligenciando a situação, pois deveria reconhecer a gravidade, em primeiro lugar; e, em seguida, promover um estudo para avaliar o impacto de um plano de gestão do consumo.

Essa postura evitaria prejuízos maiores no futuro, inclusive nos contratos de empresas do setor, impedindo um desequilíbrio econômico-financeiro maior do setor como um todo. Apesar disso, objetivamente, não houve sequer a abordagem do tema ou qualquer conversa sobre o assunto junto aos agentes.

SindiEnergia Comunica - O que o senhor pensa sobre a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) ter ingressado como agente financiador do sistema para as distribuidoras?

**Claudio Sales** – Algo precisava ser feito para atender às distribuidoras de energia, que são impedidas de repassar os aumentos de custo imediatamente aos consumidores. Esta situação é apenas uma das consequências do desequilíbrio financeiro enfrentado pelo setor desde 2012, quando houve o lançamento da Medida Provisória 579, com o objetivo de definir um novo critério para a renovação de concessões.

Houve um grande alarde em relação à mudança das regras (pela previsão de redução no valor de tarifas aos consumidores), mas, na realidade, uma sucessão de erros, inclusive a não realização de um leilão A-1 em 2012, levou as concessionárias à exposição diante das oscilações do mercado de curto de prazo.

Esta situação acentuou o desequilíbrio financeiro do segmento e, somada a outros fatores como, por exemplo, a contratação de termelétricas por disponibilidade, resultou em uma pressão sobre o caixa das distribuidoras que alcançou o patamar de R\$ 20 bilhões.

A alternativa escolhida pelo governo federal para financiar as concessionárias foi a de obter uma solução de mercado, o que, como se viu, demandou uma alteração no estatuto da CCEE e foi uma decisão questionada por alguns dos próprios agentes e conselheiros da Câmara.

SindiEnergia Comunica – Havia uma outra alternativa para financiar o déficit das empresas?

**Claudio Sales** - Poderia ter sido diferente, a exemplo do que foi feito em 2001, quando o setor também demandou o financiamento de suas operações e o socorro chegou via BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) por meio de um ativo regulatório, a RTE (Recomposição Tarifária Extraordinária).

Para que fosse possível esta outra solução, o caminho deveria ter sido outro, com uma série de critérios a ser preenchidos, incluindo a apresentação de um plano de racionamento de energia, o que o atual governo não admitiu, ou demonstrou interesse em fazer.

SindiEnergia Comunica - Na sua opinião, houve falhas no planejamento energético nacional para justificar a atual situação de elevação de preços e risco de suprimento?

**Claudio Sales** – A questão hidrológica pesa muito, mas não é determinante para a situação que estamos vivendo. Entendo que, além dos fatores já citados e que trazem impacto ao equilíbrio financeiro, ainda existem falhas no planejamento e formato dos leilões, retirando as vantagens que um processo de competição poderia trazer ao mercado.

A menor tarifa nem sempre equivale à melhor opção para o sistema. Portanto, critérios como flexibilidade da operação de uma usina, custos de instalação versus custos de operação, localização, entre outros fatores, deveriam ser considerados como atributos de agregação de valor ao planejamento dos leilões que visam ao atendimento das regiões do país.

Um exemplo que bem ilustra esta questão do planejamento/leilões é o nosso parque termelétrico construído ao longo das últimas duas décadas, utilizado de

forma muito mais intensa (e gerando um custo mais elevado) do que para o qual foi originalmente concebido.

Mais de 40% de nossas usinas térmicas são movidas a óleo combustível ou óleo diesel. A construção desses empreendimentos é rápida e mais barata do que a de usinas termelétricas movidas a carvão ou gás natural com ciclo combinado, mas o custo de operação é superior. Houve, neste caso, um mau dimensionamento da finalidade e frequência de utilização.

Ambos os formatos de usinas têm vantagens e desvantagens, mas a solução mais competitiva depende de um planejamento que preveja a forma como a fonte de energia será adotada – mais ou menos intensivamente.

Outro aspecto que considero determinante para a qualidade da competição no setor de energia elétrica é o número de participantes em um leilão. Para mim, está claro que, quanto mais atrativo aos investidores, melhor será o processo concorrencial, com ganhos para todos: setor e sociedade. Portanto, deve-se evitar preços-teto artificialmente baixos, que afastem os agentes.

SindiEnergia Comunica - Em relação às energias renováveis, qual o papel dessas fontes para o desenvolvimento do segmento?

**Claudio Sales** – O Brasil possui um potencial fantástico para as energias renováveis e neste grupo as complementares, a exemplo da energia eólica, desempenharão um papel cada vez mais importante dentro da matriz energética.

O potencial para geração hidrelétrica do país, hoje, está concentrado na região amazônica, que tem como característica marcante o relevo muito plano. Assim, os reservatórios das usinas terão, daqui para frente, menor capacidade de armazenamento (são a fio d'água).

Dados indicam que, nos últimos 12 anos, os reservatórios de hidrelétricas diminuíram sua capacidade de armazenamento de energia em relação à demanda. Antes, o armazenamento era capaz de suprir 6,5 meses do consumo nacional, enquanto agora passou para 4,5 meses. E, considerando que as novas usinas tendem a possuir menores reservatórios, outras fontes de energia são necessárias para garantir o fornecimento e a segurança do sistema, em especial nos períodos de estiagem.

Avalio que, se não fossem os entraves ao seu desenvolvimento, as Pequenas Centrais Hidrelétricas teriam um importante potencial de contribuição. As usinas eólicas, em função do ganho de competitividade, ampliarão sua participação, chegando a responder por cerca de 10% da capacidade instalada em 2020.

Já a geração solar desempenhará seu papel na geração distribuída (microgeração), mas a Regulação ainda precisa criar as condições para trazer o benefício do investimento aos consumidores, bem como reconhecer os custos das distribuidoras, que serão responsáveis pela ligação e manutenção desses sistemas à rede de distribuição.

SindiEnergia Comunica - Discute-se cada vez mais a existência de um movimento de politização dos órgãos de gestão/regulação do segmento de energia elétrica. O senhor identifica essa tendência?

**Claudio Sales** – Num segmento tal qual o setor de energia, que é capital intensivo, que tem que contar com investimentos privados – e que é caracterizado pela assimetria entre o prazo

em que investimentos são realizados e o tempo necessário para sua amortização -, o ambiente institucional tem que apresentar o mais alto nível de confiança.

Isso não vem ocorrendo, como mostra o que aconteceu a partir da Medida Provisória 579, que mudou regras e forma de remuneração dos agentes sem respeitar qualquer rito de consulta pública, como até então ocorria. Como exemplos, posso citar a utilização do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética), um órgão de aconselhamento do governo, para promulgar uma resolução que altera regras comerciais entre agentes e a utilização de medidas provisórias de forma desordenada, sequer respeitando os prazos para apreciação de emendas, na tentativa de corrigir problemas legais criados.

Além disso, assistimos à interferência do governo nos órgãos do segmento, em tese, independentes. Pois bem, temos, sim, um cenário em que o valor "confiança" deixou de ser uma prioridade.

SindiEnergia Comunica - O que os agentes do setor devem esperar quanto a 2015, segundo os estudos e análises do Acende Brasil?

**Claudio Sales** – O ano que vem é ameaçador do ponto de vista do abastecimento, e o mesmo se aplica à saúde financeira do setor.

As soluções até agora adotadas serão insuficientes para cobrir o desequilíbrio estimado até o final de 2014, principalmente considerando-se os fatores que também afetam a área de geração.

Além da possibilidade de racionamento e até apagões, a conta vai sair alta para os consumidores... A elevação das tarifas no próximo ano poderá chegar a dois dígitos percentuais. Ou seja, a situação não está confortável para mais ninguém.